

Fardo Pesado

O futuro secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker III, disse terça-feira, em depoimento ao Senado americano, que a crise da dívida do Terceiro Mundo só poderá ser solucionada com a adoção de "mecanismos financeiros mais criativos". No mesmo dia, também em Washington, um grupo de sessenta estudiosos das relações interamericanas reunido no Diálogo Interamericano advertiu para a necessidade de um plano viável na solução do serviço da dívida externa da América Latina. Do contrário, "a crise econômica dos anos 80 poderá desencadear a crise política dos anos 90".

As duas declarações sintetizam os desafios a serem rompidos pelos países devedores da América Latina, engatinhando os primeiros passos de retorno à democracia. Que há muito os países devedores reclamam justamente das condições inviáveis para o pagamento da dívida externa, é fato sabido. A novidade é que nos meios políticos mais expressivos dos países sedes dos bancos credores começa a brotar a consciência da necessidade de um novo arranjo para equacionar financeiramente a questão.

Olhando apenas pelo lado da contabilidade bancária - como força até aqui o Comitê dos Bancos Credores - os países podem direcionar suas economias para gerar saldos comerciais para o serviço da dívida. O Brasil é um exemplo dessa possibilidade. Desde a crise da dívida, em fins de 1982, o país praticou políticas que comprimiram o mercado interno e empurraram a produção para o mercado externo. Nos últimos três anos, o Brasil conquistou o terceiro posto entre os maiores saldos de balança comercial em todo o mundo.

As exportações passaram a responder por mais de 10% do Produto Interno Bruto. Mas, a despeito do formidável superávit de US\$ 19 bilhões no ano passado, que só fica atrás das espetaculares cifras do Japão e da Alemanha, o país está ameaçado de não gerar este ano divisas suficientes, via exportações, para pagar os juros. Para honrar os compromissos do ano passado e recuperar a credibilidade afetada por conta do episódio da moratória, o país fez todos os sacrifícios internos, consumiu reservas, mas cumpriu religiosamente os compromissos.

A face interna, no entanto, todos sabem qual foi. O forte superávit comercial gerou imensa emissão monetária que adicionou combustível à inflação. A economia, às voltas com o processo inflacionário, entrou em recessão, com queda dos investimentos e perda de geração de empregos. Ora, o Brasil é um país que precisa criar quase

dois milhões de novos empregos anualmente. Isso requer clima propício aos investimentos. Investimentos que ajudem a modernização e atualização do parque industrial brasileiro. Caso isso não seja possível, como o país poderá manter a competitividade nas exportações de manufaturados que ajudam a pagar a própria dívida?

Para evitar a evasão de divisas, tão característica nos demais devedores latino-americanos, o Plano Verão se propõe a manter os juros elevados, o que inibe o consumo e favorece as exportações, já estimuladas pela mididesvalorização de 17%. A contra-partida interna é que não surgem, de imediato, sinais de que o processo recessivo poderá ser evitado. Ganha-se na frente inadiável da batalha da inflação. Mas correm-se riscos no campo das pressões sociais e políticas.

O ano de 1989 é essencialmente político. Por isso mesmo, atacado o problema imediato da ameaça de hiperinflação, impõe-se um foco objetivo e atual para a questão da dívida externa. O Brasil já demonstrou que pode e deve pagar os compromissos da dívida. Mas não à custa de ameaça à sua estabilidade institucional. A não revisão dos termos do pagamento da dívida é como minar o terreno com bombas de retardamento para o futuro. É condenar o Brasil à convivência com inaceitáveis e perigosos bolsões de atraso. A um perverso quadro de estagnação.

O Plano Verão se propõe a afastar a ameaça de derrocada das instituições pelo processo de hiperinflação. Para isso, provoca profunda cirurgia nos gastos do Estado e altera todas as relações de funcionamento interno de uma economia viciada há 25 anos pela correção monetária. Cabe nesta hora, portanto, a compreensão dos bancos credores para o difícil momento nacional. Os bancos precisam dar uma demonstração de flexibilidade renegociando as condições de pagamento da dívida para oferecer o oxigênio do crescimento ao Brasil.

O JORNAL DO BRASIL nunca defendeu nem defende a moratória, qualquer espécie de proposta de não pagamento da dívida, ou mesmo o puro e simples calote. Também discorda do rumo fechado imposto à sua economia como resultado do trabalho da Constituinte. Mas, em defesa do supremo interesse nacional, alerta os bancos credores e os governos para os riscos que a democracia brasileira — e da América Latina como um todo — corre sem que o serviço da dívida externa seja colocado em termos exequíveis.